



VIOLÊNCIA

Secretaria do Ministério da Justiça divulga balanço de 2025, no momento em que a Lei Maria da Penha completa 20 anos. Região Sudeste apresentou o maior número de registros. E mais de 53 mil agressores foram presos em flagrante

Delegacias atenderam quase 800 mil mulheres

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

No momento em que a Lei Maria da Penha acaba de completar, na sexta-feira passada, 20 anos, o 10º Diagnóstico das Unidades de Polícia Civil Especializadas no Atendimento às Mulheres mostra que as unidades da Polícia Civil especializadas registraram cerca de 780 mil atendimentos em 2025. O levantamento é feito pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

Segundo o levantamento, 53.517 agressores foram presos em flagrante e 2.539 armas de fogo legalmente registradas, que estavam em posse dos agressores, foram apreendidas. A rede especializada conta com aproximadamente 6,2 mil profissionais em atuação.

Os atendimentos também resultaram no pedido de 302.626 medidas protetivas de urgência. Do total, 118.672 foram concedidas, sendo 74,2% delas classificadas como concedidas integralmente. Segundo o diagnóstico, mais de 38 mil medidas foram descumpridas pelos agressores.

A Região Sudeste concentrou o maior número de vítimas atendidas: 125.769 casos, o equivalente a 47,8% do total nacional. Na sequência aparecem o Nordeste, com 53.067 vítimas (20,2%); o

Centro-Oeste, com 43.662 (16,6%); o Sul, com 21.087 (8%); e o Norte, com 19.712 (7,5%). Entre os estados, São Paulo registrou o maior número de vítimas atendidas, com 84.103.

Entre os tipos de ocorrência registrados nas unidades especializadas, a ameaça foi a mais frequente em 2025, com 148.544 casos, seguida de lesão corporal, com 99.473 registros, e injúria, com 88.739.

Em comparação com a última pesquisa, de 2023, os maiores aumentos foram registrados nos casos de perseguição e violência psicológica. A perseguição chegou a 52.855 registros, um aumento de 44,3%, enquanto a violência psicológica somou 23.911 ocorrências, crescimento de 49,7%.

Horário restrito

Apesar do volume de atendimentos, o diagnóstico adverte que cerca de 80% das unidades especializadas não funcionam 24 horas. Isso, segundo o estudo, mostra a necessidade de ampliar o acesso das mulheres aos serviços.

O levantamento tem por base dados de 530 das 585 unidades especializadas. Entre as unidades participantes, 495 são delegacias especializadas, sendo 282 delegacias especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) exclusivas e 213 unidades de atendimento misto.

A advogada Giovanna Cardoso entende que tais números representam “inúmeras mulheres que precisaram recorrer às instituições públicas em busca de acolhimento, orientação e, sobretudo, proteção, demonstrando que a violência de gênero permanece presente de forma expressiva no cotidiano feminino e não pode ser compreendida como um conjunto de episódios isolados”. Ela lembra que “a violência contra a mulher possui elevado grau de subnotificação, especialmente em contextos de violência doméstica, nos quais fatores como dependência econômica, vínculos familiares, medo de retaliação e dificuldade de rompimento do ciclo de violência podem impedir ou retardar a denúncia”.

Giovanna frisa que a medida protetiva não pode ser tratada como “uma barreira física entre a vítima e o agressor”. “O descumprimento não acontece de forma isolada. Ele pode representar uma escalada do comportamento do agressor e aumentar significativamente o risco para a vítima, e é por isso que a proteção precisa ser dinâmica. Existem instrumentos como a monitoração eletrônica e dispositivos de alerta para situações de aproximação, além de mecanismos que permitam uma atuação mais rigorosa diante do descumprimento reiterado”, observa.

Justiça decide manter preso ex-marido de ativista

Divulgação/ Polícia Civil do RN



O colombiano Marco Antônio Heredia Viveros, de 80 anos, ex-marido da ativista Maria da Penha, continuará preso preventivamente, depois da audiência de custódia que ocorreu ontem. Ele foi detido no domingo, em Natal, por causa de uma entrevista dada a uma rede de tevê sobre a tentativa de feminicídio que cometeu contra a ex-mulher. Isso, segundo o Ministério Público do Ceará (MP-CE), descumpre uma medida protetiva determinada pela Justiça cearense — onde os casos de violência acoteceram. Viveros mora há 10 anos na capital potiguar e estava proibido de divulgar informações sobre o processo, além de não poder divulgar foto da ex-mulher e das duas filhas que tiveram. Uma decisão judicial proibiu a exibição da entrevista e determinou a retirada de todo material de divulgação em quaisquer plataformas da emissora. O crime contra Maria da Penha foi em 1983 e Viveros foi condenado pela tentativa de homicídio. Mas, na primeira condenação, em 1991, ele respondeu em liberdade após recursos dos advogados. Foi condenado novamente em 1996, mas a defesa alegou irregularidades no processo — e conseguiu que ele não fosse preso. Em 2000, Viveros foi detido e ficou encarcerado até 2002.

REDES SOCIAIS

Discord promete apresentar medida de segurança

A plataforma Discord se comprometeu a apresentar uma proposta com medidas e mecanismos para garantir a segurança de crianças, adolescentes, mulheres e outros grupos vulneráveis no ambiente digital. O plano, segundo a Advocacia-Geral da União (AGU), deve ser apresentado ao longo esta semana. A apresentação da proposta foi acertada em uma reunião entre a AGU e o Discord na sexta-feira, devido ao caso de uma adolescente de 13 anos que se suicidou numa transmissão ao vivo na plataforma, no mês passado.

Em nota, o Discord afirmou que “mantém um diálogo contínuo com as autoridades brasileiras, incluindo o Ministério da Justiça, e tem atuado de forma proativa ao reportar indivíduos às autoridades policiais brasileiras, contribuindo para operações que resultaram em prisões”. A empresa não comentou sobre as propostas que serão apresentadas à AGU.

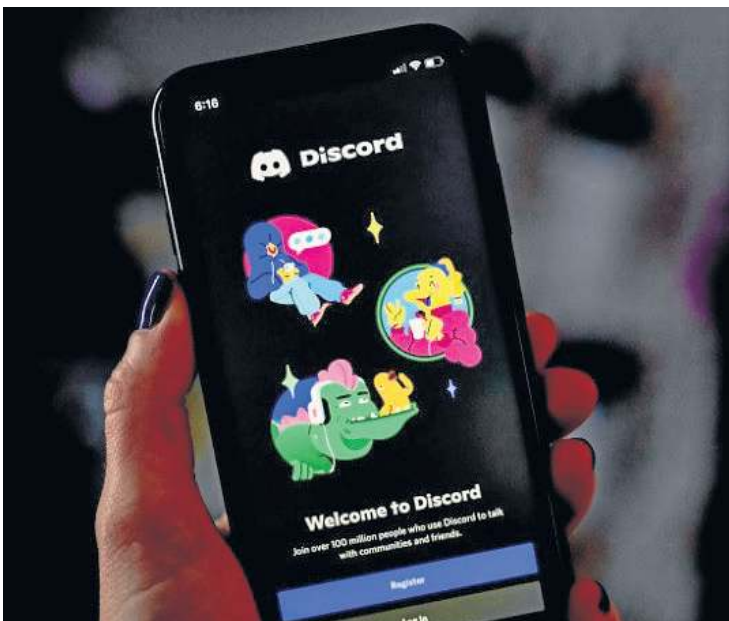
A Advocacia da União quer que a plataforma implemente mecanismos de verificação etária e

prevenção de riscos, além de ferramentas de identificação de situações de vulnerabilidade de usuários menores de idade, para que esteja em linha com o exigido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente Digital (ECA Digital). A lei entrou em vigor em março e prevê um conjunto de medidas para garantir a segurança desse público na internet.

Na semana passada, a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), responsável por fiscalizar o cumprimento do ECA Digital, abriu um processo contra o Discord para apurar o descumprimento da lei. A ANPD deu um prazo de cinco dias úteis para a plataforma apresentar dados sobre o que é feito para impedir o desrespeito ao ECA Digital, principalmente no sentido de evitar a exposição de crianças e adolescentes a conteúdos de indução, incitação, instigação ou auxílio à automutilação e ao suicídio.

Depois que o Discord apresentar o plano de ação à AGU, a pasta vai analisar as medidas e avaliar se é possível construir um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC),

Redes sociais



Plataforma serviu de ambiente para live em que houve um suicídio

incluindo prazos e obrigações a serem cumpridos pela empresa. A AGU afirma, no entanto, que isso não exclui a possibilidade de que o governo entre com medidas judiciais contra o Discord.

Compromisso

A AGU argumenta que a atuação tem o propósito de corrigir as irregularidades identificadas e prevenir novos riscos. Segundo

a Advocacia da União, durante a reunião, os representantes da empresa manifestaram disposição em assumir compromissos e responsabilidades para atender as exigências legais.

No mês passado, o Discord foi usado para transmitir ao vivo a automutilação e o suicídio de uma menina de 13 anos, moradora de Naviraí (MS). O caso gerou reação de autoridades. A primeira-dama Rosângela Janja da Silva chegou a defender a suspensão da rede no país.

O Discord afirma que tem equipes dedicadas a desarticular grupos criminosos que incentivam essas práticas, a remover conteúdos que violem as políticas da plataforma, além de tomar medidas contra os responsáveis por essas condutas.

Segundo a plataforma, foi investigado um servidor privado no qual criminosos teriam incentivado a automutilação e teria desativado esse servidor antes da morte da adolescente. De acordo com a plataforma, o acesso dependia de convite e ele não poderia ser encontrado por outros usuários.

» Sites voltam a vender remédios

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) revogou, ontem, medidas que impediam quatro plataformas de comercializar, distribuir ou fazer propaganda de medicamentos. A decisão favorece iFood, Rappi, Mercado Livre e Americanas. O recuo está relacionado à Lei 15.357/26, que passou a permitir que farmácias e drogarias regularmente licenciadas utilizem canais digitais e plataformas de comércio eletrônico para realizar serviços de logística e entrega de medicamentos. A medida altera o cenário para empresas que atuam no comércio eletrônico e na intermediação de entregas. Apesar da revogação das medidas preventivas, a comercialização de medicamentos por essas plataformas não está totalmente liberada. Segundo a Anvisa, a aplicação da nova lei depende de regulamentação da própria agência.

SOCIEDADE

Novo Marco Legal facilita o acesso a água e esgoto

» CAETANO YAMAMOTO*

Entre 2019 e 2025, o número de domicílios com acesso à rede de abastecimento de água aumentou em 14%. Isso quer dizer que, em 2019, eram 59,7 milhões de casas com fornecimento regular

de água, mas, em 2025, eram 68,3 milhões de moradias atendidas — um aumento de 8,6 milhões. Os dados são do “Panorama da Universalização do Saneamento no Brasil 2026”, publicado, ontem, pela Associação Brasileira das Empresas de Saneamento (Abcon).

Segundo a entidade, esse avanço se deu, sobretudo, por causa do Novo Marco Legal do Saneamento, vigente desde 15 de julho de 2020. Entre 2019 a 2025, o número de casas com acesso à rede de esgoto aumentou 20%. Em 2019, 47,2 milhões de domicílios tinham acesso, mas em 2025 esse número subiu para 56,4 milhões.

Porém, o relatório mostra que o Brasil enfrenta um grande desafio no esgotamento sanitário. Em 2024, apenas 51,8% do esgoto gerado era

tratado. O lado positivo é que, de 2023 para 2024, o volume total de esgoto tratado subiu 5%. Ainda em 2024, o volume de dejetos vazados foi equivalente a 1,9 milhão de piscinas olímpicas — nove vezes o volume médio do Lago Paranoá.

A Tarifa Social de Água e Esgoto garante um desconto de 50% na primeira faixa de consumo de água e esgoto (até 15 metros cúbicos por mês) para famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) ou beneficiárias do BPC.

Pelo levantamento, atualmente 1.896 municípios já concluíram a implementação da tarifa. Outros 1.882 se encontram em processo de implementação, seja no estágio de obtenção dos dados, seja na fase de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Segundo a diretora-presidente da Abcon, Christianne Dias, os próximos anos serão determinantes para que o Brasil reduza as desigualdades históricas no acesso aos serviços de água e esgoto.

O relatório mostra, também, que o investimento total no setor de saneamento bateu o terceiro recorde anual seguido em 2024: R\$ 29,1 bilhões, o que dá o crescimento de 9% entre 2023 e 2024. “De 2021 em diante, os investimentos do setor têm crescido acima da velocidade de crescimento dos investimentos totais do país”, indica o levantamento.

*Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi